

Assunto: Traficante de rim retorna ao Brasil	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter: ACONTECE
Página: 3	Data: 31/07/2014



> EXTRADIÇÃO

Traficante de rim retorna ao Brasil

■ Deve chegar ao Brasil, no próximo sábado, o ex-oficial do exército israelense Gedalia Tauber, de 78 anos, um dos presos e condenados da Operação Bisturi, realizada em 2003, que desarticulou uma quadrilha de traficantes de pessoas especializada em retirada de órgãos. O estrangeiro, chefe do esquema, estava foragido desde outubro de 2009, após receber um aval da Justiça de Pernambuco para realizar uma viagem. Ele foi preso no último dia 06 de junho de ano passado, quando tentava entrar na Itália vindo de Boston, nos Estados Unidos, portando um passaporte falso. Ao fazer uma pesquisa na base de dados da Interpol, descobriram que o ex-oficial era procurado em todo o mundo.

Gedalia Tauber foi condenado a 11 anos e nove meses de reclusão, por tráfico de órgãos e formação de quadrilha. Posteriormente, a pena foi reduzida para pouco mais de oito anos. Desse tempo, o preso ainda precisa cumprir quatro anos, nove meses e seis dias. A Polícia Federal solicitou à Justiça a extradição do foragido, para que ele responda pelos crimes em um presídio do Estado. Ao tomar conhecimento da prisão, o Governo Brasileiro - por meio de um pedido formalizado pela Vara de Execuções Penais/PE ao Ministério da Justiça - fez um pedido ao Governo Italiano para a extradição. No dia 17 de julho, a Justiça da Itália deferiu o pedido do Brasil para a extradição do aliciador.

No último dia 28, dois policiais federais da Interpol de Pernambuco, um delegado e um agente, foram até a cidade de Roma com o objetivo de trazer o preso de volta para o Recife.

Assunto: Indenização – Família receberá R\$ 50 mil	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter:
Página: 4	Data: 31/07/2014



> INDENIZAÇÃO

Família receberá R\$ 50 mil

Pernambuco terá que pagar R\$ 50 mil à família do um agricultor que morreu no Hospital da Restauração, devido a um erro médico. Além disso, a família também receberá do Estado uma pensão vitalícia no valor de um salário mínimo. A indenização por danos morais foi estipulada pela 7ª Vara da Fazenda Pública, do Tribunal

de Justiça de Pernambuco (TJPE), sentença determinada pelo juiz José Viana Ulisses Filho e publicada no Diário de Justiça Eletrônico na última semana.

O agricultor sofreu um acidente de moto, em 2009, e foi socorrido para o Hospital Regional do Agreste, mas, devido à gravidade dos ferimentos, precisou ser transferido

para o HR, no Recife. Após passar por cirurgia delicada na cabeça, foi liberado. No entanto, a vítima não resistiu ao ferimento e morreu oito horas depois do procedimento médico. Baseada em um laudo pericial, a viúva do agricultor decidiu processar o Estado por negligência médica. Conforme o documento, a vítima perdeu a vida

em decorrência de um traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto.

O laudo apontou, ainda, ocorrências de irregularidades, abusos, desrespeito, imprudência e imperícia. O Estado tentou declinar da responsabilidade, mas teve o pedido indeferido. Entretanto, segundo o TJPE, o Estado ainda pode recorrer da decisão.

Assunto: Foto – Presidente do TJPE, des. Francisco Neves	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 5	Data: 31/07/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Gleyson Ramos/Divulgação



O ministro **Francisco Falcão** foi ao Tribunal de Justiça de Pernambuco entregar o convite da sua posse pessoalmente ao presidente do TJPE, desembargador **Frederico Neves**

Assunto: Circulando – des. Jones Figueiredo, Jovaldo Nunes e Eduardo Paurá	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 5	Data: 31/07/2014



**Jones Figueiredo,
Jovaldo Nunes e
Eduardo Paurá
prestigiam hoje a
inauguração do
Instituto George
Browne, com cursos
na área de Direito.**

Assunto: Posse Falcão	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 5	Data: 31/07/2014



POSSE FALCÃO

O governador João Lyra Neto confirmou ao ministro Francisco Falcão, que o recebeu em palácio, junto com o presidente do TJ, Frederico Neves, que vai, sim, para sua posse como presidente do STJ, dia 1º de setembro, em Brasília. Aliás, caravana de juristas de Pernambuco seguirá para a Capital Federal para prestigiar Falcão, que fez terça, um périplo pelo Recife para entregar os convites para as autoridades locais.

Assunto: Intervenção	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 5	Data: 31/07/2014



INTERVENÇÃO

O juiz Nemias Tenório, da 34ª vara Cível, anulou a eleição para a presidência da Abav-PE, realizada em 13 de julho de 2013. A decisão prevê intervenção no órgão e será realizada pela Abav nacional, que nomeará um interventor. A feira da MIT, por conta desta decisão, foi suspensa. Nova eleição ainda será marcada.

Assunto: HR condenado por erro médico	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CAPA DOIS	Seção/Repórter:
Página: 2	Data: 31/07/2014

HR condenado por erro médico

O Estado de Pernambuco foi condenado pela 7ª Vara da Fazenda Pública ao pagamento de R\$ 50 mil, em danos morais, à esposa de um agricultor que faleceu devido a erro médico no Hospital da Restauração. O Estado também deverá pagar pensão vitalícia no valor de um salário mínimo, tendo como marco inicial a data da morte até o dia em que a vítima completaria 74 anos e seis meses. A sentença, proferida pelo juiz José Viana Ulisses Filho, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico da última sexta-feira (25/07). As partes podem recorrer.

Segundo a viúva, o agricultor sofreu um acidente enquanto trafegava em sua motocicleta, que colidiu com outra. Ela relatou que o marido foi enca-

minhado ao Hospital de Quipapá, mas, em virtude da gravidade dos ferimentos, foi transferido para o Hospital Regional do Agreste, em Caruaru. Como não havia neurologista na emergência, ele foi transferido para o HR, no Recife.

No HR, ele foi submetido a uma cirurgia de craniotomia descompressiva com aspiração, evacuação e drenagem mais reconstituição craniana, tendo recebido alta cinco dias depois e falecendo em 20 de setembro de 2009, oito horas após a liberação. A perícia médica atestou como causa da morte um traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto. A perícia concluiu que o paciente precisaria de cuidados hospitalares por mais tempo, tendo alta médica ocorrido de forma precipitada.

Assunto: Famílias do MST retiradas de cotonifício	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 31/07/2014

jornal do  commercio

Famílias do MST retiradas de cotonifício

DESAPROPRIAÇÃO Pelo menos 1,7 mil pessoas construíram barracos em terras da fábrica têxtil desativada em 2001, em Moreno

Cerca de 1,7 mil pessoas (500 famílias) – a maioria ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – foram removidas de cinco áreas que ocupavam no município de Moreno, Região Metropolitana do Recife, na manhã de ontem. Estimadas em 139 hectares, as terras pertencem ao Cotonifício de Moreno, antiga fábrica têxtil desativada em 2001, e que em 2013 foi desapropriada pelo governo do Estado para a construção de uma escola técnica. A operação envolveu 535 policiais militares e três oficiais de justiça. Houve momentos de tensão no início da manhã quando moradores de uma das áreas atearam fogo em pneus na tentativa de bloquear o acesso ao assentamento. Armados com paus, ameaçaram resistir, mas foram demovidos pelos policiais.

A operação começou às 6h quando um grupo de policiais da cavalaria e da Companhia Independente de Operações com Cães (Cipcães) acompanhou os oficiais de justiça na primeira área, às margens da BR-232 no sentido Recife. Não havia nenhuma pessoa no local, apenas as estruturas dos barracos erguidos há pouco mais de quatro meses. Na área conhecida como Pedreira os moradores disseram não saber da ordem de reintegração de posse. “Não deram tempo nem de arrumarmos nossas coisas. Para onde eu vou com três filhos pequenos?”, disse a doméstica Maria Aparecida da Silva, que alega ter fugido do aluguel de R\$ 300 no bairro de João Paulo II, em Moreno.

No assentamento Nelson Mandela, no Centro de Moreno, os moradores tiveram pouco tempo para juntar os pertences. “Não nos avisaram sobre essa reintegração”, disse o autônomo André Wilson, que há três meses morava no local. De acordo com o promotor de justiça de Moreno, Leonardo Caribé, houve várias reuniões entre o Ministério Público e os líderes do movimento para avisar às famílias que a remoção seria inevitável. “Eles inclusive concordaram em deixar pacificamente as áreas até o domingo passado, o que não aconteceu. Em virtude disso, não houve outra alternativa senão executar a ordem judicial”, disse. A

reintegração de posse das cinco áreas foi concedida pela juíza da Vara Cível de Moreno, Ana Carolina Avelar Diniz.

No momento mais tenso da manhã, famílias ligadas ao MST e que ocupavam uma área nos fundos do cemitério da cidade tocaram fogo em pneus, fechando os dois acessos ao local. O Corpo de Bombeiros foi acionado para apagar as chamas e abrir caminho para o Batalhão de Choque da PM. Alguns moradores, a maioria mulheres, ensaiaram resistir à entrada dos policiais, colocando crianças no colo. Após alguns minutos de conversa com oficiais da PM, resolveram desobstruir o acesso.

Num dos acampamentos do MST, no Alto das Estrelas, a polícia prendeu Daniel Francisco de Albuquerque, 32 anos. Condenado por homicídio qualificado no município de Cortês, em 2010, ele foi levado à Delegacia de Capturas de Moreno, onde até o final da tarde os policiais tentavam, devido a uma queda na rede de informática, verificar se ele estava sob liberdade condicional ou se era foragido do sistema penitenciário.

Espaço é de preservação ambiental

As famílias envolvidas na invasão ao Cotonificio Moreno serão investigadas por crime ambiental, pois alguns trechos das cinco áreas ocupadas são espaços de preservação. Segundo o promotor Leonardo Caribé, já existe um inquérito civil em andamento, e em setembro haverá audiência pública com diversos órgãos, como prefeitura, CPRH e Ibama, no sentido de encontrar saídas para a recuperação das áreas. “Vamos aproveitar o encontro para discutir políticas públicas de habitação para essas famílias”, afirmou.

De acordo com o líder do Movimento dos Sem Terra (MST) em Moreno, José Severino da Silva, as famílias retiradas das cinco áreas invadidas na cidade terão dificuldade em se acomodar. “A prefeitura e o governo não nos deram qualquer sinalização sobre lugares que podemos utilizar”, disse. Algumas famílias deverão ser levadas nos próximos dias para o Engenho Serraria, uma área do MST no limite entre os municípios de Moreno e São Lourenço da Mata.

Em nota, a Prefeitura de Moreno afirmou que iniciou o cadastramento das famílias para identificar suas origens e saber se podem ser beneficiadas por programas sociais. Paralelamente, a administração trabalha com o governo do Estado para retomar o projeto de desapropriações da zona rural, para beneficiar pequenos produtores.

Assunto: Israelense foragido volta para o Cotel	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:
Página: 4	Data: 31/07/2014

jornal do  commercio

Israelense foragido volta para o Cotel

TRÁFICO DE ÓRGÃOS Condenado a oito anos e nove meses de prisão por formação de quadrilha, ex-oficial do Exército de Israel chega sábado ao Recife e vai para presídio

Chega ao Recife no próximo sábado à tarde o ex-oficial do Exército israelense Gedalya Tauber Gady, 78 anos. Líder da rede internacional de tráfico de órgãos que foi desvendada na Operação Bisturi, da Polícia Civil e Polícia Federal em Pernambuco, em 2003, Gedalya foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por tráfico de órgãos e formação de quadrilha. Em 2009, porém, conseguiu o aval da Justiça para realizar viagem de 30 dias. Desde então estava foragido. O israelense foi preso em junho do ano passado, no aeroporto de Fiumicino, em Roma, quando tentava entrar na Itália vindo de Boston, nos Estados Unidos.

Procurado em todo o mundo, inclusive pela Interpol, Gedalya foi preso porque policiais italianos desconfiaram que o seu passaporte seria falso e passaram a interrogá-lo. Ao tomar conhecimento da prisão o governo brasileiro solicitou a extradição do ex-oficial israelense. O pedido foi deferido pelo ministro da Justiça Italiana no último dia 16. No dia 28 a Polícia Federal enviou um delegado e um agente da Interpol-PE para Roma com o objetivo de trazer o preso de volta para o Recife.

Ao chegar à capital pernambucana ele será encaminhado ao Centro de Observação e Triagem Professor Evarado Luna (Cotel), em Abreu e Lima, Região Metropolitana, onde ficará à disposição do juízo da 1ª Vara Regional de Execução Penal.

Deflagrada em março de 2003, a Operação Bisturi foi concluída em dezembro do mesmo ano. Doze pessoas foram detidas pela polícia e em seguida condenadas pela Justiça.

Integrantes da rede internacional de tráfico de órgãos aliciavam pessoas com dificuldades financeiras no Recife e interior do Estado e ofereciam quantias entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil para que esses cidadãos aceitassem doar seus rins para estrangeiros.



EXTRADIÇÃO Foragido desde 2009, Gedalya Gady foi preso em Roma, em junho do ano passado

Líder de rede internacional ficará à disposição da Justiça

De acordo com a Polícia Federal, as cirurgias eram realizadas no Hospital Sant'Agostini, em Durban, África do Sul, com o intuito de se aplicar um golpe no sistema de saúde daquele país, que indenizava cada cirurgião com o valor de US\$ 150 mil. Os órgãos eram oferecidos a pacientes israelenses e africanos.

“As pessoas envolvidas acreditavam estar ajudando tanto os doadores, que estavam em situação financeira difícil, quanto os receptores, que estavam precisando do órgão. Não tinham ideia da repercussão que o caso ia ganhar, até porque na África do Sul isso (o tráfico de órgãos) é considerado crime de menor potencial ofensivo. E ninguém foi forçado a viajar, todos foram porque quiseram”,

alegrou o advogado Emerson Leônidas, que atuou na defesa de alguns dos envolvidos no caso, entre eles Gedalya Tauber e sua esposa, a advogada Terezinha Medeiros.

Quem se submetia à cirurgia precisava assinar uma declaração falsa afirmando que quem estava recebendo a doação do órgão era um parente. Após recebimento do dinheiro, a quadrilha pagava os valores ao cirurgião e dividia o restante (que chegava a 20 vezes mais do que os brasileiros recebiam).

CONEXÃO

Além das 12 pessoas presas no Brasil, duas foram detidas em Israel (responsáveis pela fraude no Sistema de Saúde) e 20 na África do Sul (médicos e enfermeiras que realizavam as cirurgias). Estima-se que aproximadamente US\$ 4 milhões foram desviados pela quadrilha.

Segundo Leônidas, as pessoas que só venderam os órgãos foram absolvidas. Já os condenados por aliciamento cumprem pena em liberdade condicional. “Acredito que até o próximo ano todos estarão livres”, afirmou o advogado.

Assunto: Envolvido na morte de Artur se apresenta	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:
Página: 4	Data: 31/07/2014

jornal do commercio



ACUSADO Cláudio Amaro Júnior está preso desde 3 de junho

Envolvido na morte de Artur se apresenta

A defesa do bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, 32 anos, um dos indiciados pelo assassinato do médico Artur Eugênio Azevedo, 35, no dia 12 de maio, com quatro tiros, afirmou que o quinto suspeito, Jailson Duarte Cesar, 29, deve se entregar hoje à tarde, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes. No local, além do advogado de Jailson, estará presente o de Cláudio Júnior.

“Nós vamos expor que as provas são falhas. As imagens que mostram ele no hospital não indicam nada. Sabemos que o pai dele não estava lá, mas ele tem amigos que trabalham na unidade e pode ter ido visitá-los”, explicou Braz Neto, advogado de Cláudio Júnior.

A defesa do cirurgião Cláudio Amaro Gomes, pai do bacharel e apontado como mandante do crime, também alega falta de provas. “Não há nada que mostre a sua participação.

Se conseguirmos comprovar a inocência, vamos entrar com uma ação contra o Estado pedindo indenização”, declarou Altamiro Fontes.

A família de Artur, por enquanto, aguarda a decretação da prisão preventiva dos cinco envolvidos no caso. Cláudio Amaro e Cláudio Amaro Júnior tiveram a prisão temporária decretada em 3 de junho. Lyferson Barbosa, 26, foi preso no dia 15 deste mês por envolvimento em outro crime. Flávio Braz de Souza e Jailson ainda não se apresentaram à polícia.

Segundo o delegado responsável pelo caso, Guilherme Caraciolo, o período da prisão temporária do médico e do filho dele se esgota amanhã à meia-noite. O inquérito chegou antontem ao Ministério Público de Pernambuco e o promotor Dinamérico de Souza, que vai analisar o documento, tem prazo de 5 dias para fazer a denúncia.

Assunto: Foto – des. Frederico Neves	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CADERNO C	Seção/Repórter: dia-a-dia
Página: 2	Data: 31/07/2014

jornal do commercio



POSSE Francisco Falcão entregou convite a João Lyra e Frederico Neves

Assunto: Presidente Falcão	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CADERNO C	Seção/Repórter: dia-a-dia
Página: 2	Data: 31/07/2014

jornal do commercio

Presidente Falcão

O ministro do STJ, Francisco Falcão, veio ao Recife para entregar, pessoalmente, os convites da sua posse para a presidência do tribunal superior, em Brasília. O evento ocorre dia 1º de setembro, às 17h. Uma comitiva de juristas já se prepara para prestigiar o pernambucano. Do TJPE, já confirmaram, Frederico Neves, Jones Figueiredo e Jovaldo Nunes.

Assunto: PM retira invasores de terra em Moreno	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:
Página: A6	Data: 31/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Polícia permitiu que os invasores desmontassem seus barracos antes de sair

PM retira invasores de terra em Moreno

Operação em 14 áreas ocupadas pelo MST ocorreu de forma pacífica. Líder do movimento disse que o grupo discute a possibilidade de reocupar alguns terrenos em 48 horas

A Polícia Militar cumpriu ontem mandado de reintegração de posse de 14 áreas do município de Moreno, invadidas há cerca de três meses por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e alguns moradores da própria cidade. A operação, que deve ser concluída hoje, ocorreu de forma pacífica.

Segundo a PM, 80% dos invasores já haviam se retirado dos terrenos na segunda-feira, último dia concedido pela Justiça para a desocupação espontânea. Um dos líderes do MST, José Severino da Silva, informou que o grupo discute a possibilidade de reocupação de algumas áreas dentro de 48 horas.

Aproximadamente 200 acampados ainda resistiam nas terras, quando oficiais de justiça e policiais chegaram, por volta das 6h, para executar as determinações judiciais. Mulheres choraram ao ver os barracos serem desmontados.

As ordens de desocupação começaram a ser expedidas em maio pela juíza da 1ª Vara Cível de Moreno, Ana Carolina Avelar Diniz. Até sábado passado, cerca de três mil famílias ocupavam 13 terrenos na zona urbana e um no campo.

Das 14 áreas reintegradas, seis são de propriedade da família que administra a antiga fábrica de tecidos Cotofício de Moreno S/A e nove áreas pertencem ao município de Moreno. "Aqui no Alto do Pavão, até sábado havia cerca de 300 famílias. Hoje só restam dez, que não têm para onde ir e continuam sem saber. Quem saiu foi para casa de parentes. Nós esta-

mos atendendo uma ordem judicial", disse um dos líderes do MST, que se identificou como França.

Em algumas regiões, como nos bairros de Liberdade e Pedro Paulo, o promotor de Justiça Leonardo Caribé preferiu conversar com os ocupantes para uma saída "não traumática", já que havia casas de alvenaria construídas nas áreas. Caribé, ao lado de oficiais de Justiça, representantes do município e policiais militares, tentaram convencer os ocupantes a retirar seus pertences e levar tijolos, esquadrias e outros materiais que poderiam ser reaproveitados. "É

melhor sair de forma pacífica para que o prejuízo não seja maior", aconselhou o promotor aos moradores.

Os invasores dizem que as áreas ocupadas com construções de alvenaria são da prefeitura e estavam sem uso havia muitos anos. "Essa área tinha um terreno que funcionava como depósito de lixo e como ponto de prostituição e tráfico de drogas", disse o montador desempregado, Valdir do Nascimento, 30 anos. "Nossas famílias construíram suas casas aqui porque não têm condições de pagar os valores cobrados". "Agora não sabemos mais o que fazer."

Assunto: Definido o retorno de Gedalya	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:
Página: A7	Data: 31/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Definido o retorno de Gedalya

Ex-chefe da quadrilha de tráfico de órgãos desarticulada pela Operação Bisturi deve chegar ao Recife no sábado. Vítimas venderam seus rins por até R\$ 30 mil

WAGNER OLIVEIRA
wagneroliveira.p@diario.com.br

Depois de cinco anos e seis meses fora do Brasil, o israelense Gedalya Tauber, 78 anos, acusado de chefiar esquema internacional de tráfico de órgãos no Recife, deve chegar a Pernambuco neste sábado. Gedalya foi preso em junho do ano passado, em Roma, na Itália, e só agora está sendo extraditado. Um delegado e um agente da Polícia Federal embarcaram na segunda-feira para trazer o ex-oficial do exército israelense.

Tauber foi preso em dezembro de 2003 durante a Operação Bisturi. Depois de cum-

prir parte da pena, ele conseguiu o livramento condicional, mas não poderia deixar o país. No entanto, em janeiro de 2009, com autorização judicial para uma viagem de 30 dias a Israel, aproveitou para fugir e passou a ser considerado foragido. A fuga foi publicada com exclusividade pelo Diário de Pernambuco em 17 de agosto de 2011.

Segundo o assessor de comunicação da Polícia Federal, Giovanni Santoro, após chegar ao Recife, por volta das 13h30 deste sábado, Gedalya seguirá direto para o Instituto de Medicina Legal (IML), onde fará exame de corpo de delito e, em seguida, será encaminhado ao Cotel, em Abreu e Lima, onde deverá cumprir os quatro anos e nove meses restantes da pena a qual foi condenado.

"Nossos policiais estão em Roma para interrogá-lo e saber por onde ele passou durante esse tempo em que esteve foragido e porque ele não voltou ao Brasil após os 30



ALEXANDRO ZABRANNA/ESPRESSO/AG. PRESS

dias da autorização para visitar seus parentes em Israel", ressaltou Santoro. Tauber foi condenado inicialmente a 11 anos e nove meses, mas conseguiu a redução da pena, em novembro de 2008, para oito anos e nove meses. Ele responde pelos crimes de remoção e venda de órgãos e formação de quadrilha.

Desde a prisão do israelense, no ano passado, o governo brasileiro (por meio de um pedido formalizado pela Vara de Execuções Penais de Pernambuco ao Ministério da

Justiça) solicitou ao governo italiano a extradição de Gedalya com base no tratado bilateral de reciprocidade entre os dois países.

O pedido foi atendido pelo Ministério da Justiça Italiano no último dia 16 e comunicado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália à Embaixada no Brasil em Roma.

Pena

Caso não tivesse fugido do Brasil, no dia 23 de setembro de 2012, Tauber estaria livre da sua condenação. "Como

ele não retornou no prazo previsto, terá que cumprir o resto do tempo a partir de agora", explicou Santoro. Depois de ter sido capturado pela primeira vez em 2005, passou por várias unidades prisionais até ir para a Penitenciária Agro-industrial São João, em Itamaracá, em março de 2007, quando obteve a progressão de regime para o semiaberto. Em dezembro do mesmo ano, conseguiu a liberdade condicional, o que o obrigava a se apresentar à Justiça uma vez no mês.

O acusado se aproveitou de uma permissão judicial para se ausentar do país em 2009

+ saiba mais // Como funcionava o esquema



1 - Uma rede de aliciadores cooptava pessoas de baixa renda, a maioria formada por moradores de Areias, Jardim São Paulo, Ipsepe, Totó, Barro e Tejipió.



2 - As vítimas recebiam de **R\$ 5 mil a R\$ 30 mil** pelo rim. As cirurgias aconteciam no Hospital Sant'Agostino, em Durban, na África do Sul.



3 - Os órgãos eram oferecidos a pacientes de Israel da África do Sul. A quadrilha aplicava um golpe no sistema de saúde do país africano, que indenizava cada cirurgia com **US\$ 150 mil**.



4 - As vítimas eram obrigadas a assinar uma declaração falsa de órgão seria destinado a um parente.

Números

47 pernambucanos venderam órgãos

12 aliciadores foram condenados no Brasil

2 pessoas em Israel

US\$ 4 milhões foram movimentados pela quadrilha

20 na África do Sul, entre médicos e enfermeiras



Perfil de Gedalya Tauber

Israelense - 78 anos

Sobrevivente dos campos de concentração da 2ª Guerra Mundial

Também teria atuado na

Romênia, Rússia e Estados Unidos

Teria repassado técnicas de imobilização e de ataques das forças armadas de Israel para detentos do Centro de Triagem

Foi condenado a 11 anos de prisão por remoção e venda de órgãos.

Conseguiu redução para oito anos e nove meses. Ainda tem que cumprir quatro anos e nove meses

Principais membros da quadrilha

O Gerente

Gedalya Tauber, major da reserva do exército israelense. Era o "homem do dinheiro". Ingressava no Brasil, em média, de dois em dois meses, permanecendo 15 dias no Recife, hospedado-se em hotéis variados

Assessores

Prestavam assessoria direta a Tauber em áreas específicas. Obtinham vantagens com a venda de órgãos, sobretudo de natureza patrimonial



Sylvio Boudoux (médico e coronel da reserva da PM)



Elizer Ramon (biomédico israelense)

Moisés Araújo da Silva Júnior (sócio da agência de turismo Mapa Mundi)

Diretores

Responsáveis pelo processo de agenciamento. Na organização, compunham o escalão imediatamente inferior ao gerente e assessores



Teresinha Medeiros de Souza (advogada)



Fernanda Gabriela Martins Calado (corretora)



Eldênia de Souza Cavalcanti (dona de casa e esposa do capitão Ivan)

Ivan Bonifácio (capitão da reserva da Polícia Militar)

José Luiz da Silva (qualificação ignorada)

Os passos do israelense:

02/12/2003

Preso pela Polícia Federal

15/03/2007

Progride para o regime semiaberto na antiga PAI, em Itamaracá

20/12/2007

Consegue o livramento condicional

20/01/2009

Deixa o país com alvará judicial para viajar por 30 dias, mas não retorna

29/10/2010

Livramento condicional revogado e a prisão decretada

07/06/2013

Preso em Roma, na Itália, quando desembarcou no aeroporto

Assunto: Indenização por erro médico	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:
Página: A8	Data: 31/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

WAGNER OLIVEIRA/DP/D.A. PRESS

Justiça condenou estado a pagar R\$ 50 mil à esposa de um agricultor que morreu vítima de um suposto equívoco cometido no Hospital da Restauração. Ele faleceu oito horas após receber alta

O estado de Pernambuco foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 50 mil e uma pensão vitalícia no valor de um salário mínimo à esposa de um agricultor morto em 2009 depois de um suposto erro médico do Hospital da Restauração (HR). A decisão, em primeira instância, foi do juiz José Viana Ulisses Filho, da 7ª Vara da Fazenda Pública e o estado ainda pode recorrer.

O agricultor se feriu após a motocicleta que conduzia colidir com outra, próximo ao município de Quipapá, Mata Sul do estado. Ele chegou a ser levado a dois hospitais, mas foi encaminhado ao HR pela complexidade do caso. Já no Recife, o agricultor foi submetido a uma cirurgia craniotomia descompressiva com aspiração, evacuação, drenagem e reconstituição craniana. Cinco dias após a intervenção, no dia 20 de setembro, a vítima recebeu alta do hospital. Oito horas depois, ele morreu.



Hospital deu alta ao paciente cinco dias após a cirurgia de descompressão

Indenização por erro médico

Segundo a viúva, a perícia médica indicou como causa da morte um traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto,

além de ocorrência de irregularidades, negligência e abusos. De acordo com

o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o estado negou as declarações da viúva e afirmou que não havia provas suficientes que comprovas-

sem a negligência e, por tanto, a ocorrência do erro médico. Contudo, o TJPE concluiu, a partir do laudo per-

icial, que o traumatismo craniano aconteceu em função da cirurgia e que o paciente neces-

sitava de atenção hospitalar por tempo maior do que ficou na unidade de saúde, julgando assim, que a alta médica foi precipitada.

A assessoria de imprensa do Hospital da Restauração informou que, devido ao término do expediente, não seria possível comentar o caso ontem. Já a Procuradoria Geral do Estado disse, por meio da assessoria, que ainda não é possível dizer se a sentença será questionada, uma vez que o órgão ainda não analisou os detalhes do processo. Além da indenização e da pensão vitalícia, o estado terá que pagar R\$ 2 mil equivalentes aos honorários advocatícios.

LAUDO CONCLUIU QUE TRAUMATISMO CRANIANO FOI CAUSADO PELA OPERAÇÃO

Assunto: Inauguração	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter:
Página: B2	Data: 31/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Inauguração

O Recife ganha hoje entidade capacitada a aprofundar o estudo do Direito e das relações políticas na sociedade. O Instituto George Browne abre as portas com as presenças do governador João Lyra Neto e dos presidentes da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchoa, do TJPE, Frederico Neves, e da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo. Será às 19h, nas Graças.

Assunto: São Lourenço da Mata ganha 3ª Vara Cível	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



São Lourenço da Mata ganha 3ª Vara Cível

Nessa quarta-feira (30), foi inaugurada a nova sede da 3ª Vara Cível da Comarca, em São Lourenço da Mata, Zona da Mata de Pernambuco. Situada no Anexo do Fórum Desembargador Paulo André Dias da Silva, a unidade ficará responsável por atuar nos processos relativos aos direitos da criança e do adolescente, além de demandas de bens e relação de consumo.

Com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, a nova vara receberá cerca de 500 processos da Infância e Juventude que já tramitam no Fórum e, aproximadamente 2 mil, que correm pelas 1ª e 2ª Varas.

Assunto: Estado terá que pagar R\$ 50 mil em indenização por erro médico que levou agricultor à morte	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Estado terá que pagar R\$ 50 mil em indenização por erro médico que levou agricultor à morte

Após quase cinco anos de um erro médico ter causado a morte de um agricultor no Hospital da Restauração, no Recife, o Estado de Pernambuco foi condenado a pagar R\$ 50 mil em indenização por danos morais à esposa da vítima. A decisão da 7ª Vara da Fazenda Pública inclui, ainda, o pagamento de pensão no valor de um salário mínimo, retroativa (da data da morte) até o dia em que o trabalhador completaria 74 anos e seis meses. As partes ainda podem recorrer.

De acordo com a viúva, ele estava em uma motocicleta quando colidiu em outra. Primeiro, foi encaminhado ao Hospital de Quipapá, na Zona da Mata, mas, devido à gravidade das lesões, foi transferido para o Hospital Regional do Agreste, em Caruaru. Ao chegar, foi informado que a instituição não possuía neurologista na emergência e foi transferido para o HR.

No Hospital da Restauração, a vítima foi submetida a uma cirurgia de craniotomia descompressiva com aspiração, evacuação e drenagem, em seguida, fez a reconstituição craniana. Cinco dias após o procedimento, em 20 de setembro de 2009, o agricultor recebeu alta hospitalar. Ele entrou em colapso e morreu oito horas depois da liberação.

A perícia médica apontou traumatismo cranioencefálico hemorrágico aberto como causa da morte e sinais de irregularidades, abusos, desrespeito, negligência, imprudência e imperícia. Ainda no laudo, foi indicado que o traumatismo teria sido causado durante a cirurgia, altamente delicada, e que a liberação do paciente foi precipitada e irresponsável.

Pensão - O tempo determinado para a pensão, estipulado pelo juiz José Viana, responsável pelo processo, foi baseado em dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pesquisas realizadas por órgãos de previdência social do país, que definem a idade média para fins beneficiários dos brasileiros como 74,6 anos. O Estado ainda foi condenado a pagar R\$ 2 mil em honorários advocatícios.

Assunto: Juizado Especial do Idoso no Recife pode estar com os dias contados	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Juizado Especial do Idoso no Recife pode estar com os dias contados

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) elabora um projeto de lei que busca priorizar o atendimento ao idoso em todos os Juizados Especiais Cíveis da Capital. A iniciativa prevê reserva de horários na pauta diária de audiências das unidades, além de capacitação dos servidores para o atendimento diferenciado. Com isso, o número de sessões diárias envolvendo pessoas com 60 anos ou mais pode passar de dez para cem. O projeto já recebeu o apoio das entidades de proteção ao direito do idoso. E deverá acabar com o Juizado Especial do Idoso.

A iniciativa traz medidas para estabelecer uma política judiciária efetiva de priorização dos processos que envolvam pessoas com 60 anos ou mais para cumprir as diretrizes do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2013). O projeto ainda ser levado ao Pleno do Tribunal. Se aprovado, seguirá para a Assembleia Legislativa, que irá analisá-lo e decidir se o encaminha ao governador para a sanção.

Há oito anos, o TJPE instalou o Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso através da Resolução 201. O objetivo era priorizar o atendimento às pessoas com mais de 60 anos criando uma unidade exclusiva para os idosos. O aumento da demanda cível direcionada ao juizado tem prejudicado a prestação jurisdicional, congestionando a pauta de audiências da unidade. A pauta do Juizado do Idoso possui audiência marcadas para 2015. Como todos os processos envolvem pessoas com 60 anos ou mais, segundo o TJPE, não há como estabelecer prioridades.

O projeto, de iniciativa da Coordenadoria dos Juizados Especiais de Pernambuco, vai aumentar em 10 vezes o número de audiências. O Juizado Cível do Idoso será transformado em um Juizado comum, mas, em compensação, a prioridade será levada para todas as 23 unidades, que passarão a contar com medidas efetivas para uma prestação jurisdicional mais adequada às pessoas com mais de 60 anos.

Assunto: Ação de reintegração não registra confrontos em Moreno	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Ação de reintegração não registra confrontos em Moreno

Acontece de forma pacífica a ação de reintegração de posse do Cotonifício Moreno, na Região Metropolitana do Recife (RMR). Até o momento, a operação, iniciada por volta das 6h em cumprimento a um mandado expedido pela 1ª Vara Cível da comarca da cidade, não registrou confrontos entre os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que ocupam as áreas.

Os trabalhadores estão deixando os locais sem oferecer resistência e algumas comunidades já haviam sido desocupadas desde a segunda-feira passada, quando terminou o prazo dado pela justiça. No entanto, o clima de hostilidade fica por conta da presença de homens armados com facão, apontados no local como seguranças da empresa. Policiais do Batalhão de Choque, CIPImotos, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Corpo de Bombeiros participam da operação que conta com o apoio de dois helicópteros.

Na comunidade do Pavão, a ação foi finalizada sem incidentes. Já na comunidade da Pedreira, as famílias fizeram uma barreira com arame farpado e pedaços de madeira. A polícia ainda não chegou no local. Das 14 áreas tomadas pelo MST, apenas uma está no campo. Os outros 13 acampamentos foram erguidos em zona urbana, incluindo um terreno próximo ao centro, destinado à expansão do cemitério. O Tribunal de Justiça já concedeu a reintegração de posse de seis propriedades.

Na sexta-feira passada, o movimento ocupou a sede da prefeitura e protestou em frente ao Fórum para reivindicar casas populares. Os manifestantes fazem parte de um grupo com cerca de três mil famílias que há três meses ocupam 14 terrenos da antiga fábrica de tecidos e do município, em oito bairros. Os sem-terra deixaram a prefeitura pacificamente.

Segundo a PM, a área da desocupação conta hoje com a presença de cerca de 500 famílias, que pode alcançar o número de 1.700 pessoas, entre integrantes do MST e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Os trabalhos estão sendo coordenados pelo 6º Batalhão, unidade responsável pelo policiamento ostensivo da área, com o apoio de diversos PM's das unidades de área e especializadas do Grande Recife.

Assunto: Homem condenado por tráfico de órgãos será extraditado para o Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Homem condenado por tráfico de órgãos será extraditado para o Recife

Gedalya Tauber estava foragido desde 2009 e foi recapturado em 2013. Pernambucanos foram aliciados por ele para doar o rim.



Ex-oficial Gedalya Tauber estava foragido desde 2009 e foi preso em um aeroporto em Roma, em 2013. (Foto: Polícia Federal/Divulgação)

Policiais federais de Pernambuco foram enviados para Roma, na Itália, para escoltar para o [Recife](#) o ex-oficial do Exército israelense Gedalya Tauber, de 78 anos, acusado de tráfico de órgãos. Ele cumpria pena no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, no Grande Recife, e conseguiu da Justiça em Pernambuco uma autorização para deixar o presídio e viajar por 30 dias. Ele ficou foragido desde 2009 e só foi recapturado em 2013.

O homem é considerado líder de uma organização criminosa que, a partir de 2002, conseguiu aliciar por volta de 30 brasileiros de bairros pobres do Recife e do interior de Pernambuco para venderem os próprios órgãos. As vítimas eram levadas para a África do Sul, onde pacientes israelenses aguardavam por rins transplantados ilegalmente. A previsão é de ele que retorne à capital pernambucana no dia 2 de agosto.

Gedalya Tauber foi preso durante a operação Bisturi, que começou em março de 2003 e teve nove meses de duração. O objetivo da ação era desarticular uma quadrilha de traficantes de órgãos. As vítimas assinavam uma declaração falsa afirmando que quem estava recebendo o órgão era um parente. Cada cirurgia gerava uma indenização de US\$ 150 mil, valor que era dividido entre a quadrilha. Os integrantes do grupo chegavam a faturar 20 vezes mais do que os brasileiros que doavam o órgão.

O ex-oficial recebeu uma pena de 11 anos e nove meses de prisão, depois reduzida para oito anos e nove meses. Quando foi considerado foragido, ainda tinha que cumprir quatro anos e nove meses da pena. Ele foi preso quando tentava embarcar no aeroporto de Fiumicino, em Roma. Os policiais desconfiaram do passaporte e descobriram que ele era foragido. Segundo a

Polícia Federal, o Governo do Brasil fez um pedido ao Governo da Itália para que o ex-oficial fosse extraditado para vir cumprir a pena no país, assim que soube da prisão.

Um delegado e um agente da Interpol de Pernambuco ficaram responsáveis por acompanhar o homem, que será conduzido para o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, no Grande Recife. Ele ficará à disposição da 1ª Vara Regional de Execução Penal, a cargo do juiz Luiz Gomes da Rocha Neto.

Segundo a Polícia Federal, ele teve autorização para viajar por 30 dias para Israel e descumpriu com o benefício. “Por ele ter desobedecido o benefício, foi considerado foragido em 2009. Por causa disso, não será concedido mais nenhuma nova saída para ele aqui em Pernambuco, mas a pena por causa do descumprimento não deve aumentar”, explica o chefe de Comunicação da Polícia Federal, Giovani Santoro.

O caso

Um total de 12 pessoas foram presas no Brasil, consideradas as aliciadoras dos doadores. Em Israel, duas pessoas foram presas por fraudarem o sistema de saúde do país para que as cirurgias fossem realizadas. Na África do Sul, 20 médicos e enfermeiros que faziam os procedimentos cirúrgicos também foram presos.

Ao fim da investigação, foi constatado que 47 pessoas haviam sido levadas para o Hospital Sant Agostini, em Durban, na África do Sul, para fazer a retirada dos rins. Elas recebiam em torno de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil em cada procedimento. A estimativa da Polícia Federal é que a quadrilha desviou, aproximadamente, US\$ 4 milhões com as cirurgias.

Assunto: Estado é condenado a indenizar família de homem que morreu devido a erro médico	
Veículo: folhape.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Estado é condenado a indenizar família de homem que morreu devido a erro médico

Além de R\$ 50 mil, Pernambuco deverá pagar honorários e pensão vitalícia

Um erro médico cometido no Hospital da Restauração (HR), em 2009, levou o Estado de Pernambuco à condenação de pagamento de R\$ 50 mil, em danos morais, a esposa de um agricultor. Segundo a sentença, publicada Diário de Justiça Eletrônico da última sexta-feira, o Estado deverá ainda pagar os honorários advocatícios e pensão vitalícia no valor de um salário mínimo, tendo como marco inicial a data da morte até o dia em que a vítima completaria 74 anos e seis meses. A decisão foi proferida pelo juiz José Viana Ulisses Filho, da 7ª Vara da Fazenda Pública. As partes podem recorrer da decisão.

De acordo com a viúva, o agricultor sofreu um acidente enquanto trafegava em sua motocicleta, que acabou colidindo com outra. A vítima deu entrada no HR e foi submetida a uma cirurgia, tendo recebido alta hospitalar cinco dias depois da operação cirúrgica e vindo a óbito no dia 20 de setembro de 2009, oito horas após a liberação. A viúva disse que a perícia médica atestou como causa da morte do marido um traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto e ocorrências de irregularidades, abusos, desrespeito, negligência, imprudência e imperícia.

Segundo o TJPE, o Estado de Pernambuco contrariou as alegações da autora da ação, afirmando que é necessário haver prova para a responsabilização decorrente da negligência hospitalar, ou seja, a ocorrência do erro médico. Porém, segundo o laudo pericial, é possível concluir que o traumatismo craniano se deu pela realização da cirurgia, extremamente delicada, e que o paciente precisaria de cuidados hospitalares por mais tempo, tendo alta médica ocorrido de forma precipitada.

Baseado em jurisprudência de instâncias superiores, o magistrado considerou improcedente a alegação de afastamento de responsabilidade do Estado. Em relação ao requerimento de pensão vitalícia, o juiz José Viana se baseou em pesquisa procedida por órgãos de previdência social do país e dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que concluíram que a idade média do brasileiro, para fins beneficiários, é de 74,6 anos.

Assunto: Estado terá de pagar indenização de R\$ 50 mil a família de agricultor morto no HR	
Veículo: folhape.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Estado terá de pagar indenização de R\$ 50 mil a família de agricultor morto no HR

Após sofrer acidente em 2009, homem passou por cirurgia e foi liberado, mas não resistiu

Pernambuco terá que pagar R\$ 50 mil à família do um agricultor que morreu no hospital da Restauração, devido a um erro médico. Além disso, a família também receberá do Estado uma pensão vitalícia no valor de um salário mínimo. A indenização por danos morais foi estipulada pela 7ª Vara da Fazenda Pública, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sentença determinada pelo juiz José Viana Ulisses Filho e publicada no Diário de Justiça Eletrônico na última semana.

O agricultor sofreu um acidente de moto, em 2009, e foi socorrido para o Hospital Regional do Agreste, mas, devido à gravidade dos ferimentos, precisou ser transferido para o HR, no Recife. Após passar por cirurgia delicada na cabeça, foi liberado. No entanto, a vítima não resistiu ao ferimento e morreu oito horas depois do procedimento médico. Baseada em um laudo pericial, a viúva do agricultor decidiu processar o Estado por negligência médica. Conforme o documento, a vítima perdeu a vida em decorrência de um traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto.

O laudo apontou, ainda, ocorrências de irregularidades, abusos, desrespeito, imprudência e imperícia. O Estado tentou declinar da responsabilidade, mas teve o pedido indeferido. Entretanto, segundo o TJPE, o Estado ainda pode recorrer da decisão.

Assunto: Sede da 3ª Vara Cível do município de São Lourenço da Mata é inaugurada	
Veículo: folhape.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Sede da 3ª Vara Cível do município de São Lourenço da Mata é inaugurada

Com a ampliação, expectativa é acelerar os processos relativos a relações de consumo



Presidente do TJPE descerrou a placa de inauguração

A sede da 3ª Vara Cível de São Lourenço da Mata foi inaugurada na manhã desta quarta-feira (30), no Anexo do Fórum Desembargador Paulo André Dias da Silva. A solenidade contou com a presença do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves. Com a ampliação da prestação jurisdicional na cidade, a expectativa é acelerar os processos relativos a bens e relações de consumo. Além disso, a unidade será a responsável por atuar nas

demandas relativas a direitos de crianças e adolescentes. Cerca de 500 processos da Infância e Juventude que já tramitam no Fórum serão redistribuídos para a nova vara.

O espaço funciona na Rua Olívio Costa, 123, Centro de São Lourenço da Mata. Está sediado no mesmo prédio que abrigou os plantões judiciais do TJPE na Copa do Mundo, de junho a julho deste ano, e na Copa das Confederações, em 2013. No local, magistrados e servidores atenderão os cidadãos de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Para a nova vara, serão redistribuídos aproximadamente 2 mil processos que já tramitavam na 1ª e 2ª Varas, atualmente com um acervo de 3.800 e 3.200 processos, respectivamente.

O presidente do TJPE descerrou a placa de inauguração do espaço ao lado do desembargador Luiz Carlos Figueiredo, da diretora do Fórum de São Lourenço, juíza Marinês Marques Viana, da diretora em exercício do Fórum e juíza instaladora da 3ª Vara Cível, Aldileide Paes Miranda Galindo, e do prefeito do município, Ettore Labanca.

Assunto: Traficante de órgãos será extraditado de presídio da Itália para o Cotel	
Veículo: folhape.com.br	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Traficante de órgãos será extraditado de presídio da Itália para o Cotel

Gedalia Tauber, 78, foi preso, em 2013, no aeroporto de Fiumicino, em Roma



Policiais retornam ao Recife com o preso no dia 2 de agosto

A Polícia Federal de Pernambuco enviou a Roma, na última segunda-feira (28), dois policiais da Interpol para extraditar o ex-oficial do exército israelense Gedalia Tauber, de 78 anos, que era foragido da Operação Bisturi e foi preso, em junho de 2013, no aeroporto de Fiumicino, em Roma. O objetivo da PF é que o acusado cumpra pena de reclusão em um presídio pernambucano. Gedalia foi condenado a um pena de 11 anos e nove meses.

Gedalia foi preso por tráfico de órgãos em continuidade delitiva e formação de quadrilha. Em 2009, o idoso realizou uma viagem de 30 dias, mas desrespeitou as medidas e benefícios judiciais e não retornou ao país de origem. A prisão foi realizada quando os policiais italianos desconfiaram do passaporte de Gedalia. Os policiais fizeram uma pesquisa na base de dados da Interpol e descobriram que o ex-oficial era procurado em todo o mundo.

Os policiais retornam ao Recife com o preso às 13h30 do dia 2 de agosto. Gedalia será encaminhado ao Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna, onde ficará a disposição do juízo da 1ª Vara Regional de Execução Penal.

Entenda o caso

A Operação Bisturi teve a duração de nove meses. Ela começou em março de 2003 e foi concluída em dezembro do mesmo ano. O objetivo da operação era desarticular uma quadrilha de traficantes que retiravam órgãos de brasileiros. A quadrilha fazia o aliciamento de pessoas com baixa renda que moravam no Recife e em cidades do interior de Pernambuco. Na época, os criminosos retiravam os rins das vítimas e ofereciam o órgão aos pacientes de Israel, na África do Sul.

O intuito da quadrilha era aplicar um golpe no sistema de saúde, que indenizava cada cirurgia com U\$ 150 mil dólares. As pessoas que faziam a cirurgia tinham que assinar uma declaração falsa afirmando que quem estava recebendo a doação do órgão era um parente. Após

recebimento do dinheiro, a quadrilha pagava a vítima que se submetia a intervenção cirúrgica e dividia o restante com os integrantes da quadrilha. Ao todo, foram presas e condenadas 12 pessoas no Brasil (aliciadoras), duas pessoas em Israel (responsáveis pela fraude no Sistema de Saúde para realização das cirurgias) e 20 na África do Sul (médicos e enfermeiras que realizavam as cirurgias).

Durante as investigações foi detectada a ida de 47 pessoas para o Hospital Sant Agostini em Durban/África do Sul. As pessoas que eram levadas para retirada dos rins recebiam entre R\$ 5 mil a R\$ 30 mil. Estima-se que, aproximadamente, R\$ 4 milhões de dólares foram desviados pela quadrilha nessas intervenções cirúrgicas.

Assunto: São Lourenço da Mata ganha 3ª Vara Cível	
Veículo: jconline	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

São Lourenço da Mata ganha 3ª Vara Cível

Expectativa é que processos corram mais rápidos

A sede da 3ª Vara Cível de São Lourenço da Mata, em São Lourenço da Mata, Zona da Mata de Pernambuco, foi inaugurada na manhã desta quarta-feira, no Anexo do Fórum Desembargador Paulo André Dias da Silva. Com a ampliação da prestação jurisdicional na cidade, a expectativa é acelerar os processos relativos a bens e relações de consumo.

Além disso, a unidade será a responsável por atuar nas demandas relativas a direitos de crianças e adolescentes. Cerca de 2.000 processos que já tramitavam na 1ª e 2ª Varas serão redistribuídos para a nova vara.

O desembargador Luiz Carlos Figueiredo, coordenador da Infância e Juventude e das atividades do TJPE na Copa, durante solenidade de inauguração, falou sobre a importância dessa nova vara. “Diante da alta demanda encaminhada às duas Varas Cíveis, acreditamos que essa nova unidade poderia atuar não só na Infância e Juventude, mas também com a competência cível, para beneficiar toda a população”, afirmou

Serviço

3ª Vara Cível de São Lourenço da Mata

Endereço: Rua Olívio Costa, 123, Centro

Horário de atendimento: 9h às 18h, de segunda a sexta

Telefone: 3181-9150

Assunto: Estado é condenado a indenizar família de agricultor vítima de erro médico	
Veículo: jconline	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Estado é condenado a indenizar família de agricultor vítima de erro médico

Homem morreu após cirurgia no Hospital da Restauração em 2009

O Estado de Pernambuco foi condenado ao pagamento de R\$ 50 mil em danos morais à esposa do agricultor que faleceu devido a erro médico no Hospital da Restauração (HR). Além da indenização, a justiça determinou o pagamento de pensão vitalícia no valor de um salário mínimo para a familiar da vítima.

O caso ocorreu em setembro de 2009. Segundo a viúva, o agricultor sofreu um acidente de moto e foi encaminhado ao Hospital de Quipapá. Em virtude da gravidade dos ferimentos, o homem foi transferido para o Hospital Regional do Agreste, em Caruaru, mas, como não havia neurologista na emergência, ele foi novamente transferido, desta vez para o HR. Na Restauração, o agricultor foi submetido a uma cirurgia, tendo alta cinco dias após o procedimento. Oito horas após ser liberado, o agricultor veio a falecer.

A perícia médica constatou que a morte foi causada por traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto e ocorrências de irregularidades, abusos, desrespeito, negligência, imprudência e imperícia.

A justiça alegou que a responsabilidade do Estado na morte do agricultor se deu devido à má prestação do serviço público, razão para o pagamento dos danos morais. O Estado também foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 2 mil.

Assunto: Estado é condenado a indenizar família de agricultor vítima de erro médico	
Veículo: NE 10	Data: 31/07/2014
Editoria:	Seção:



Estado é condenado a indenizar família de paciente por erro médico do HR



O Estado ainda pode recorrer da decisão
Foto: Hélia Scheppa/JC Imagem

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) condenou o Estado a indenizar, em R\$ 50 mil, a família de um agricultor que faleceu devido a erro médico no Hospital da Restauração em 2009. A sentença, publicada na última sexta-feira (25), obriga o pagamento pensão vitalícia no valor de um salário mínimo até o dia em que a vítima completaria setenta e quatro anos e seis meses, além dos honorários advocatícios no valor de R\$ 2 mil. O Estado ainda pode recorrer da decisão.

Em 2009, o agricultor da região de Quipapá, Zona da Mata pernambucana, sofreu um acidente de motocicleta. Ele foi primeiramente atendido no hospital da cidade, mas em virtude da gravidade dos ferimentos foi transferido para o Hospital Regional do Agreste, em Caruaru, onde não havia neurologista na emergência. Em nova transferência foi levado para o Hospital da Restauração (HR), no Recife.

No HR, a vítima passou por uma cirurgia de craniotomia descompressiva com aspiração, evacuação, drenagem e reconstituição craniana. Ele recebeu alta hospitalar cinco dias depois da operação e faleceu oito horas após a liberação. A perícia médica atestou como causa da morte

traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto em decorrências de irregularidades, negligência, imprudência e imperícia. O paciente precisaria de cuidados hospitalares por mais tempo.

Assunto: Erro médico – Estado é condenado a indenizar família de homem que morreu no hospital público	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 30/07/2014
Editoria:	Seção:



Erro médico no HR. Estado é condenado a indenizar família de homem que morreu no hospital público

O Estado de Pernambuco foi condenado pela 7ª Vara da Fazenda Pública ao pagamento de R\$ 50 mil, em danos morais, a esposa de um agricultor que faleceu devido a erro médico no Hospital da Restauração (HR). Além disso, o Estado deverá pagar pensão vitalícia no valor de um salário mínimo, tendo como marco inicial a data da morte até o dia em que a vítima completaria setenta e quatro anos e seis meses. A sentença, proferida pelo juiz José Viana Ulisses Filho, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico da última sexta-feira (25/07). As partes podem recorrer da decisão.

De acordo com a viúva, o agricultor sofreu um acidente enquanto trafegava em sua motocicleta, que acabou colidindo com outra. Ela relatou que o marido foi encaminhado ao Hospital de Quipapá, mas, em virtude da gravidade dos ferimentos, foi transferido para o Hospital Regional do Agreste, em Caruaru. Contudo, como não havia neurologista na emergência, ele foi novamente transferido, desta vez para o Hospital da Restauração, no Recife.

No HR, a vítima foi submetida a uma cirurgia, chamada de craniotomia descompressiva com aspiração, evacuação e drenagem mais reconstituição craniana, tendo recebido alta hospitalar cinco dias depois da operação cirúrgica e vindo a óbito no dia 20 de setembro de 2009, oito horas após a liberação. A viúva disse que a perícia médica atestou como causa da morte do marido um traumatismo crânio-encefálico hemorrágico aberto e ocorrências de irregularidades, abusos, desrespeito, negligência, imprudência e imperícia.

O Estado de Pernambuco contrariou as alegações da autora da ação, afirmando que é necessário haver prova para a responsabilização decorrente da negligência hospitalar, ou seja, a ocorrência do erro médico. Porém, segundo o laudo pericial, é possível concluir que o traumatismo craniano se deu pela realização da cirurgia, extremamente delicada, e que o paciente precisaria de cuidados hospitalares por mais tempo, tendo alta médica ocorrido de forma precipitada.

Baseado em jurisprudência de instâncias superiores, o magistrado considerou improcedente a alegação de afastamento de responsabilidade do Estado. “Percebe-se claramente a existência dos requisitos para a imputação da teoria da responsabilidade civil do Estado por má prestação do serviço público, razão pela qual é devida a indenização por danos morais para a viúva”, disse.

Já em relação ao requerimento de pensão vitalícia, o juiz José Viana se baseou em pesquisa procedida por órgãos de previdência social do país e dados recentes do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), que concluíram que a idade média do brasileiro, para fins beneficiários, é de 74,6 anos. “A pensão deve ser paga à viúva do dia do falecimento da vítima até a data em que esta completaria a idade de setenta e quatro anos e seis meses”.